

Assembléia exclusiva não tem consenso

C.D. (ANC) ANC

Ulysses afirma que Mesa será eleita amanhã

O deputado Ulysses Guimarães garantiu, ontem, em reunião com o PFL, manter as eleições de amanhã para a Mesa da Câmara dos Deputados, a despeito da moção votada pelo PMDB, que prevê recesso do Congresso durante os trabalhos da Constituinte.

A decisão foi resultado de um acordo entre Maurício Campos, presidente interino do PFL, o líder do partido, deputado José Lourenço, e o presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, feita em sua residência, minutos antes da reunião.

"Os pleitos marcados não serão desmarcados por um gesto unilateral do presidente da Câmara", garantiu Ulysses para a bancada pefelista, reunida no auditório Nereu Ramos.

A reunião começou às 10h30, com a palavra do líder José Lourenço, convocando os deputados a respeitar o acordo partidário e votar em Ulysses para a presidência da Câmara: "Iniciaremos, com a palavra do já candidato oficial do PMDB, doutor Ulysses Guimarães que, passando a ser também o candidato da Frente Liberal, aqui vem para ouvir o pensamento do partido sobre a presidência da Casa".

Em seguida, Ulysses enfatizou a importância do PFL no processo de democratização do país e conclamou o partido a continuar compondo a Aliança Democrática: "PMDB e PFL têm que marchar juntos, apesar de dificuldades no plano regional e municipal, pois sem a Frente Liberal não haveria Nova República".

Ao afirmar que o seu dever como presidente da Câmara era não só em relação ao PMDB e PFL, mas também em relação aos partidos de oposição, apelou: "Preciso da Frente e ficarei honrado se tiver o seu apoio".

Críticas
Além das exigências apresentadas

Sarney adverte contra crise

Seis deputados do PMDB e do PFL afirmaram ontem que a pedido do presidente José Sarney, o deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Câmara, pretende concluir ainda hoje os trabalhos de desarticulação do apoio de parlamentares de seu partido à moção aprovada pela bancada peemedebista na Câmara pregando a supressão da eleição e funcionamento das Mesas da Câmara e Senado durante a Constituinte.

Segundo esses parlamentares, o presidente advertiu Ulysses que a aprovação da moção poderia provocar uma séria crise institucional. Ainda de acordo com os deputados Sarney explicou ao dirigente peemedebista que as regras do jogo já estavam definidas e não era aceitável uma mudança à última hora.

Brandão acusa tese do PMDB de "golpe"

"Um golpe" — define o novo líder do PDT na Câmara, Brandão Monteiro. «Uma expressão do oportunismo que domina o PMDB» — completa o ex-líder Matheus Schmidt, ao interpretar o sentido da decisão da bancada do PMDB na Câmara, que na última sexta-feira se manifestou, de forma esmagadora, pela tese da Constituinte exclusiva.

Para Brandão Monteiro, a decisão foi um «golpe» porque seu objetivo era inviabilizar a candidatura do deputado Fernando Lyra à presidência da Câmara e evitar maior desgaste para o deputado Ulysses Guimarães, que pretende ter o controle absoluto da Constituinte.

Matheus Schmidt acha que a decisão peemedebista foi «oportunista» porque, «no ano passado, a cúpula do partido fez tudo para impedir a viabilização da Constituinte exclusiva e agora aderiu à tese para resolver os problemas do dr. Ulysses».

Fernando Lyra concorda que em parte a manifestação da bancada do PMDB resultou da articulação dos seus adversários, com a participação do próprio deputado Ulysses Guimarães. Ressalta, porém, que outra grande parcela votou pela Constituinte exclusiva movida «pelo idealismo».

«Essa soma de fatores é que explica uma votação tão maciça pela Constituinte exclusiva» — afirma o deputado pernambucano. Para reforçar a acusação de que Ulysses esteve envolvido com a «manobra», Lyra cita as palavras que o presidente da Câmara dirigiu ao deputado Egidio Ferreira Lima, segundo divulgaram os jornais

Pequenos partidos pretendem assegurar direito à palavra

Uma bancada que somada tem 112 deputados, o que em tese a transformaria na terceira força da Câmara, mas que dificilmente se une em virtude das múltiplas contradições, resolveu procurar trabalhar junto no trato de algumas das questões que estão atualmente em discussão para o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte. São os pequenos partidos (PDS, PDT, PTB, PT, PCB, PC do B, PL e PDC), que estiveram reunidos na manhã de ontem e tomaram determinações importantes, para marcar presença na Constituinte.

A primeira determinação do grupo é no sentido de não aceitar a proibição da



pelo deputado José Lourenço para o futuro presidente da Câmara, como aperfeiçoamento de um sistema de comunicação da presidência e lideranças e utilização da informática para agilizar os trabalhos dos deputados, Ulysses ouviu críticas de deputados pefelistas sobre a moção do PMDB pelo recesso do Congresso e sobre sua atuação como presidente.

Heraldo Tinoco (PFL-PR) pronunciou-se contra o recesso das duas Casas por considerá-lo "uma violência à emenda constitucional que decretou a Assembléia Nacional Constituinte".

Já Alceir Guerra (PFL-PR), considerou o gesto da bancada do PMDB um "oportunismo, com fins eleitorais". Ele criticou a atuação de Ulysses na defesa da imagem do Congresso e dos parlamentares, "freqüentemente denegrida pela imprensa", e o descaso com que foram tratados os funcionários da Casa, "hoje em situação lastimável".

Pedi ainda o deputado que fossem tornados públicos os subsídios dos parlamentares: "A opinião pública está muito mal informada a respeito de quanto ganha um deputado. E preciso que a Mesa, corajosamente, exponha à população os nossos subsídios, arduamente criticados pela imprensa".

Uma hora. O presidente disse aos deputados que é contra a Constituinte exclusiva, devido à convocação de um Congresso Constituinte.

Um dos parlamentares, que é membro da executiva do PMDB, informou que ontem pela manhã, em conversa com os ministros do Gabinete Civil, Marco Maciel, Gabinete Militar, Rubens Bayma Denys, e SNI, Ivan de Souza Mendes, lhe foi exposto que o Palácio do Planalto está preocupado com a atitude tomada sexta-feira pela bancada peemedebista. Segundo esse congressista, os ministros temem que o exemplo da bancada peemedebista venha a ser seguido e provocar, durante a Constituinte, a deflagração de processos políticos indesejáveis.

Andrei Meireles

Líderes de todos os partidos buscaram, sem êxito, ontem à noite, um consenso mínimo para a instalação e o funcionamento da Constituinte. A principal divergência é se a Constituinte deve ou não ser exclusiva, questão que motivou dezenas de reuniões durante todo o dia, prolongando-se pela noite adentro. O PFL e o PTB firmaram posição contra, enquanto o PT, o PCB e o PC do B a favor. Após horas de discussão, as bancadas do PDT e do PDS permaneceram divididas e sem uma posição conclusiva. No PMDB, a polémica continua; há um grupo agindo para reformular a decisão da bancada, sob inspiração do Palácio do Planalto. A coordenação do movimento vitorioso está mobilizada e não admite recuo.

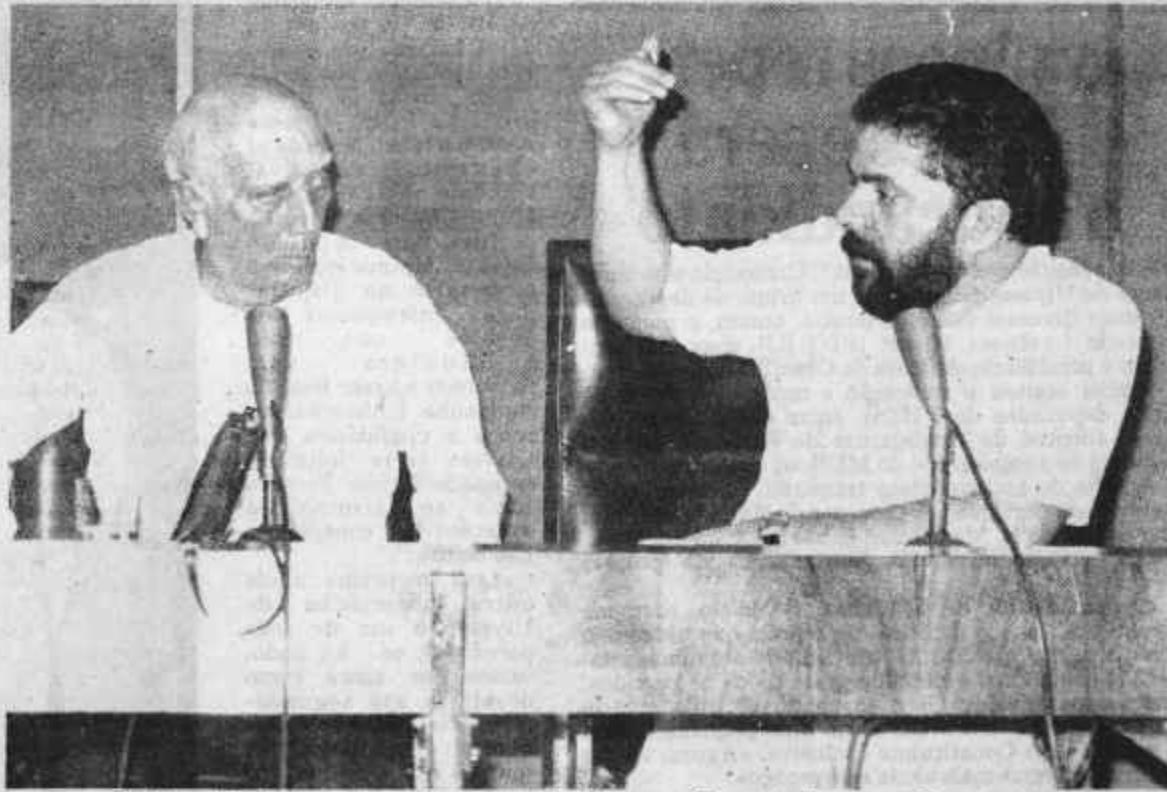
A bancada do PMDB de São Paulo, em reunião que durou o dia inteiro, debateu a questão, com um bloco liderado pelo deputado José Serra defendendo uma revisão da posição da bancada e outro sob o comando do deputado João Hermann, negando-se, com veemência, a voltar atrás. O deputado Ulysses Guimarães, pressionado por todos os lados, tem dado respostas ambíguas que parecem satisfazer os defensores das duas teses.

Pela manhã, os chamados pequenos partidos (PDT, PT, PDS, PTB, PCB, PC do B, PL, PSB, PDC) buscaram uma posição comum e chegaram a alguns entendimentos. Por exemplo: todos os partidos devem ter direito à palavra na sessão de instalação da Constituinte. Decidiram, então, negociar um acordo com o PMDB e o PFL com a fixação de regras mínimas sobre essa sessão, que, depois, seria levado ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Moreira Alves. A noite, este foi um dos pontos de pauta da reunião de todos os líderes.

Em relação à Constituinte exclusiva, as posições não eram consensuais. A maioria a defendia, mas enfrentava resistências como a do líder do PTB, deputado Gastone Righi. E indefinições como as dos líderes do PDT e do PDS.

Nos corredores do Congresso Nacional, que, apesar de sábado, viveu um dia de intensa movimentação, a polémica sobre a Constituinte exclusiva e suas motivações era intensa. Quem combate a proposta apresenta

Cários Menandro



Lula vai insistir na tese do recesso da Câmara e Senado durante a Constituinte

diversas razões enrustidas em sua origem: 1) — trata-se de um golpe contra a candidatura do deputado Fernando Lyra à Presidência da Câmara; 2) — Querem transformar a Constituinte de um processo pacífico de transição democrática em revolucionária; 3) — Querem destituir o presidente José Sarney.

Os partidários da Constituinte exclusiva rebatem essas alegações.

Eles partiram para um trabalho corpo-a-corpo com todos os deputados, com o objetivo de garantir a maioria a seu favor. O jogo dos que a combatem é pesado: os setores mais conservadores do PMDB e as principais lideranças do PFL, dizendo contar com o apoio do governo, estão pressionando os parlamentares pró-constituinte exclusiva a recuar.

O líder do PFL, deputado José Lourenço, profundamente irritado, tenta mostrar confiança em suas diversas manifestações: «A maioria do PMDB não existe. É igual lata com caranguejo, é só bater que todos correm. Vamos eleger, de qualquer maneira, a Mesa da Câmara».

O curioso é que todos os candidatos à Mesa da Câmara prosseguiram em suas campanhas. O deputado Ulysses Guimarães reuniu-se com as bancadas do PFL e do PT e pediu votos. Fernando Lyra também esteve com o PT e manteve o mesmo ritmo de contatos pessoais com deputados de todos os partidos. Todos os candidatos, favoráveis ou não à Constituinte exclusiva, querem, caso o plenário não aprove a proposta do PMDB, ter assegurado o maior número possível de votos para se eleger para a Mesa da Câmara dos Deputados.

Nas diversas reuniões entre os líderes partidários, o único entendimento obtido até ontem à noite era o de formação de uma comissão interpartidária para elaborar um anteprojeto de regimento para a instalação da Constituinte. No mais, o desencontro de posições é total, caracterizando um sério impasse sobre a avaliação do papel da Constituinte e da extensão de seus poderes.

Deputado poderá lucrar

O deputado Ulysses Guimarães poderá ser o grande beneficiado pela extinção provisória das Mesas da Câmara e do Senado, caso a decisão tomada pela bancada do PMDB prevaleça na Assembléia Nacional Constituinte.

Como candidato consensual — e até o momento único — à presidência da Constituinte, Ulysses contornaria vários perigos com a vitória da Constituinte exclusiva. Entre eles, o da derrota — tida como altamente improvável, mas ainda assim uma possibilidade presente em toda eleição secreta — perante Fernando Lyra para a presidência da Câmara. Pelo menos, ele

evitaria o risco de ganhar por pouca diferença, o que enfraqueceria sua liderança e prestígio.

Eliminada a necessidade de passar pela eleição à presidência da Câmara para conservar a vice-presidência da República, Ulysses também afastaria o desgaste que sua imagem vem sofrendo, com as repetidas acusações de que impede a renovação e o florescimento de novas lideranças, pretendendo acumular quatro dos cargos políticos mais importantes do país no momento — a vice-presidência da República e as presidências da Câmara, do PMDB e da Constituinte.